

Publicidade

Congresso

OAB defende que Renan se afaste da Presidência do Senado

Ordem dos Advogados do Brasil considera "recomendável" que o senador peemedebista se defenda da acusação afastado do cargo



Por: Zero Hora

02/12/2016 - 10h04min

Compartilhar



Foto: OAB / Divulgação

Após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que tornou Renan Calheiros (PMDB-AL) réu em [processo por peculato](#), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) defende que o peemedebista deixe o cargo máximo do Senado. O presidente da entidade, Claudio Lamachia, afirma que a OAB não tem posição sobre o mérito da acusação contra Renan, mas considera "recomendável" que o político se defenda da denúncia afastado do cargo.

— O presidente do Senado Federal terá que ter o direito de defesa garantido, mas é aconselhável seu imediato afastamento da Presidência da Casa até mesmo para que ele possa produzir a defesa e também não comprometer mais ainda um instituto do Congresso Nacional — avaliou, em entrevista ao Gaúcha Atualidade.

Publicidade

NEWSLETTER ZH

Receba gratuitamente o melhor conteúdo de ZH no seu e-mail e mantenha-se sempre atualizado.

Seu e-mail

Enviar >

Siga ZH nas redes sociais



Publicidade



Zero Hora

#ForçaCape

Like Page

2.1M likes

Be the first of your friends to like this



Lamachia reiterou que a OAB também se manifestou pelo afastamento do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), **cassado em setembro**, quando o então presidente da Câmara enfrentava um processo disciplinar interno por quebra de decoro.

Leia mais

Maia descarta discutir abuso de autoridade ainda neste ano

Renan Calheiros se torna réu pela primeira vez

Veja as mudanças que os deputados aprovaram no pacote anticorrupção

Aprovada no plenário da Câmara dos Deputados em meio às medidas do pacote anticorrupção **entre a noite de terça e a madrugada de quarta-feira**, a emenda que inclui o crime de responsabilidade a magistrados e promotores é criticada pelo presidente da OAB. De acordo com Lamachia, a restrição à liberdade ideológica de magistrados e membros do Ministério Público é "inconstitucional".

— Se criminalizarmos um magistrado porque defendeu determinado ponto de vista em função da sua ideologia, quem pode sofrer com isso é o réu acusado — afirmou. — Os magistrados que mais atuam no campo ideológico militam em movimentos sociais e movimentos dos estudiosos do direito criminal e, portanto, são magistrados garantistas que, se tiverem essa espada sobre as suas decisões, terão muita dificuldade de colocar o próprio pensamento na decisão — completou.

Ainda sobre o pacote anticorrupção, Claudio Lamachia frisou a necessidade de equilibrar os direitos de advogados de defesa a acusação e reiterou que a OAB é favorável à independência do Judiciário. O presidente nacional da entidade, no entanto, criticou a pressa na apreciação das medidas.

— Nós falhamos e a sociedade acaba perdendo quando o debate não é mais aprofundado.



 ENVIAR CORREÇÃO



No jornal Zero Hora você encontra as últimas notícias sobre esportes, economia, política, moda, cultura, colunistas e mais.

ASSINE A ZH

Busque na ZH



